

## Ata da Reunião do Conselho

### ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Reunião ocorrida aos 14 dias do mês de Setembro de 2007, às 08:30h em primeira convocação e às 09:00h em segunda convocação com número necessário de conselheiros presentes, na sala de reuniões dos Conselhos – 5º andar – SETP. Estiveram reunidos os componentes do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS – conforme convocação prévia. Representantes

Governamentais presentes: Paulo César Lange; (Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI); Nírcélio Zobot (Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP); Ironi de Rocio Vieira de Camargo (Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP); Jucimeri Isolda da Silveira (Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP); Kellen Cristina Dalcin (Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP); Roberval A. R. Castilho (Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania – SEJU); Cristiane Mara Hasenauer (Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR); Lúcia Teresinha Zanato Tureck (Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP); Renata Mareziuzek (Secretaria do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP); Maria Leonor Zanella (Secretaria do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP). Representantes da Sociedade Civil Organizada presentes: Sandra Cardoso (Consórcio Intermunicipal dos Direitos da Criança e do Adolescente da Comarca de Paranaity – AFIM); Osiris José Kruger (Sociedade São Vicente de Paulo – SSVP – Ponta Grossa); Francisco Arnaldo Fernandes (Associação de Moradores de Umuarama – CAMUR); José Cícero dos Santos (Associação de Moradores do Conjunto Mendes); Inês Roseli de Tonello (APAE – Francisco Beltrão); Roseli Teresinha Gass Batista (Núcleo Regional de Serviço Social – NUCRESS – Toledo); Antônio José Pontes Júnior (Centro Espírita Manuel Figueira Neto – União da Vitória); Raymundo Rodrigues Oliveira (Centro de Nutrição Infantil de Foz do Iguaçu – CENNI); Neiva Silvana Hack (Ação Social do Paraná); Moisés Araújo Pinheiro (Associação dos Deficientes Físicos de Cornélio Procópio – ADCOP); Dulcilene Pires Cardoso Tonon (Associação de Proteção à Maternidade e à Infância – APMI); Sônia Maria de Santana (Sindicato dos Servidores Públicos de Lidianópolis – SINDISLI); Terezinha Correa Maciel Barbosa (Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Ourizona – APMI). 1 – Abertura: A

Presidente Denise Arruda Colin, deu as boas vindas aos conselheiros e demais presentes. Na sequência, iniciou os trabalhos mencionando os itens de pauta: 1 – Abertura; 2 – Apreciação e Aprovação da Pauta; 3 – Apreciação e Aprovação da Ata de Agosto; 4 – Informes da Secretaria Executiva; 5 – Relatório das Comissões; 6 – Tribunal de Contas da União; 7 – Informes Gerais; 8 – Informes Conselheiros e Convidados. 2. Apreciação e Aprovação da Pauta de Setembro/07: A

Presidente Denise Arruda Colin fez a leitura e aprovação da pauta do mês de Setembro. 3. Apreciação e Aprovação da Ata de Agosto /07: A ata de Agosto foi apreciada pelos conselheiros que se comprometeram a mandar as sugestões de correção para posterior encaminhamento da mesma.

Informes da Secretaria Executiva: A técnica da Secretaria Executiva Regina Rodrigues Costa enumerou os ofícios recebidos: E-mail recebido do MDS no dia 15/08/2007, enviando a tabela informativa sobre os principais recursos transferidos pelo MDS para o Estado do Paraná no primeiro semestre de 2007; e-mail recebido do MDS sobre o perfil dos beneficiários e mais recursos do Bolsa Família; ofício recebido do CNAS nº 011/2007 dirigido ao Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social solicitando que na Conferência Estadual seja disponibilizado um espaço ao CNAS; e-mail recebido do MDS enviando informações sobre projetos de educação alimentar e nutricional selecionados pelo edital 05/2007. Justificativas: Da Conselheira Jovelina Borghi, impedida de participar da reunião devido a eventos promovidos pela sua entidade, para angariar recursos; justificativa de ausência da Conselheira Marilda Alberton Leutz em virtude de

compromissos agendados antes da definição da nova data de reunião; justificativa da conselheira Elza Maria Campos, tendo em vista atividades para a discussão e implementação da Lei Maria da Penha. Antes dos relatórios das comissões, a conselheira Jucimeri da Silveira informou que estão disponíveis cópias da publicação do Conselho Federal de Serviço Social e Conselho de Psicologia sobre parâmetros para a atuação de assistentes sociais e psicólogos na Política de Assistência Social.

A conselheira informa, ainda que já estão produzindo uma Resolução Federal, com manifestação jurídica sobre as implicações da elaboração de perícias entre psicólogos e assistentes sociais, que estará a disposição no Conselho Regional de Serviço Social. Relatórios das Comissões: Políticas Básicas: A conselheira Sônia fez o relato da comissão, onde foram analisados relatórios que tinham sido enviados aos municípios pela CGU. Diante desses documentos, foi informado que os municípios de Lunardeli, Prado Ferreira, Iporã, Pato Branco, Pinhais, Marumbi, Borrazópolis, Campo Largo e Farol, estão sob fiscalização e que a CGM encaminhou memorando aos Escritórios Regionais solicitando relatório de verificação das irregularidades detectadas pela CGU; com orientação para o reordenamento necessário. Como ainda não obteve resposta, a comissão definiu que seja encaminhada uma nova correspondência pela Secretaria Executiva dos Conselhos.

Referindo-se ao município de Londrina, a CGM já enviou memorando pela segunda vez e não obteve resposta, desta forma deverá ser encaminhada pela Secretaria Executiva dos Conselhos novo documento reiterando o pedido. Quanto aos municípios de Lidianópolis e Foz do Jordão, será solicitado que a Secretaria Executiva do CEAS encaminhe a minuta do ofício ao CNAS e MDS, acerca dos relatórios resposta de fiscalização da CGU, com cópias para os arquivos do CEAS. A conselheira Leonor fez uma apresentação referente ao levantamento da Educação Infantil no Paraná, estudo esse realizado pela CGM, do qual ainda faltam os relatórios com informações dos Municípios de Araucária, Cândói, Cantagalo, Porto Barreiro, Ivaiporã, Santa Maria do Oeste, São Pedro do Ivaí, São João do Ivaí, Altamira do Paraná, Araruna, Corumbatai do Sul, Fenix, Goioerê, Iretama, Janiópolis, Juranda, Luiziana, Mamborê, Moreira Sales, Peabiru, Quarto Centenário, Rancho Alegre do Oeste, Roncador, Terra Boa. A CGM encaminhará a posição do Estado para o MDS até o dia 23/09/2007, com cópia para os conselheiros do CEAS de cada região. Diante da ausência dos Municípios supra citados, será encaminhada correspondência aos Gestores Municipais solicitando mais uma vez as informações referentes ao termo. A conselheira informa que já foram levantadas junto aos municípios as informações sobre os convênios com o Fundo Nacional de Assistência Social, e que este é o levantamento sobre a situação da Educação Infantil no Paraná. O MDS está requisitando este documento e não está sendo possível o fechamento, devido a falta de informações dos Municípios. Novamente será enviada correspondência do Conselho Estadual para estes municípios, solicitando as informações necessárias. Encaminhamentos para a Secretaria Executiva: Elaborar ofício para os Escritórios Regionais cobrando relatório da CGU dos municípios de Lunardeli, Iporã, Pato Branco, Pinhais, Marumbi, Borrazópolis, Campo Largo, Farol e Londrina. Digitar minuta de ofício ao CNAS e MDS com relação ao relatório da CGU dos municípios de Foz do Jordão e Lidianópolis. Encaminhar um documento para os municípios que não enviaram os dados sobre educação infantil. A conselheira Leonor informou que foi feito uma minuta de ofício para os gestores municipais, e deixado na Secretaria Executiva para que a mesma encaminhe o ofício aos municípios que não responderam, para que possam concluir o relatório. A técnica da CDI Renata explica que a respeito da educação infantil foi solicitado aos municípios que por estarem com os relatórios de gestão para preenchimento ainda em aberto, seria possível reverem os dados, posto que o fechamento desse documento será dia 19/10/2007. A Presidente Denise informa da importância do levantamento dos Centros de Educação Infantil e da situação de creches e entidades que prestam esse atendimento, em virtude de um movimento feito pelo Ministério de Desenvolvimento Social, para que o SUAS estabeleça junto ao sistema de educação, através dos Ministérios e das Secretarias respectivas, toda a reorganização desses serviços, seguindo as orientações do FUNDEB (Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação Básica). A orientação da comissão é reiterar a solicitação dos municípios que não responderam, sistematizar a situação do Estado, e encaminhar ao Governo Federal até dia 23 de setembro. A conselheira Leonor solicitou uma cópia para cada conselheiro da região, para que possam ter uma posição do andamento.

Aprovado o relatório. Comissão de Financiamento e Gerenciamento de Fundo: A conselheira Sandra relatou que a comissão avaliou a questão do custeio das despesas dos integrantes do FOREAS e chegou a conclusão que não é possível viabilizar legalmente, pois o FOREAS não está contemplado na Lei Estadual como organismo subordinado ao Conselho (CEAS); para que possa ter suas despesas custeadas pelo Estado. Observou-se, também que os conselheiros são nomeados por decreto, com a principal função de representar as diversas regiões do Estado e que o FOREAS é um espaço autônomo de representação e fortalecimento das Instituições Sócio-Assistenciais. Por fim, os conselheiros dessa comissão posicionaram-se desfavoráveis ao custeio da participação do FOREAS nas reuniões extraordinárias, ficando apenas autorizado o custeio da participação do FOREAS em reunião ampliada do Conselho Estadual. Posição da Comissão após reunião do

FOREAS: A comissão decidiu em conjunto com representantes do FOREAS buscar alternativas para custear as despesas dos integrantes do FORUM, através de verificação de mudança de projeto de Lei, via Associação de Municípios, não esgotando possibilidades para tal reivindicação, visto a importância e a necessidade da articulação do FOREAS junto as regiões. A resposta com relação ao custeio de táxi enviado pela Secretaria Executiva dos Conselhos já é de conhecimento de todos; apenas está sendo solicitado o ressarcimento das despesas, mediante apresentação de documento que comprove tais gastos.

Posição da comissão: fazer levantamento das despesas extras para realizar audiência com o Secretário do Trabalho, visando reivindicar a proposta. Relação de gastos com táxi dos conselheiros da Sociedade Civil, para participar das reuniões do CEAS em Curitiba: Campo Mourão R\$ 30,00, Umuarama R\$ 20,00, Ponta Grossa R\$ 20,00, Ourizona R\$ 25,00, Inajá R\$ 60,00, Guarapuava R\$ 40,00, União da Vitória R\$ 10,00, Cornélio Procópio R\$ 40,00, Francisco Beltrão R\$ 45,00, Jacarezinho R\$ 16,00, Toledo R\$ 25,00, Sônia R\$ 20,00, a verificar R\$ 75,00, num total de R\$ 481,00. Com referência ao ressarcimento de táxi para os conselheiros no município de origem, a Assessoria Jurídica da SETP se manifestou indicando a necessidade de realizar licitação das companhias de táxi, em cada localidade, como forma de autorização da despesa. Posição da Comissão: proceder levantamento dos custos e companhias existentes, para audiência com o Secretário, a ser agendada pela Secretaria Executiva dos Conselhos. Para o orçamento 2008, a conselheira Denise explanou a redação final da proposta de orçamento, a ser encaminhada para a Secretaria de Planejamento, até o final de setembro, e para a Assembléia Legislativa. Com relação ao PSB serão co-financiados: Benefícios eventuais conforme critérios pactuados na CIB – índices de natalidade e mortalidade, nível de habilitação do município; IDH-M; capacidade de arrecadação; corte populacional. O IPARDES elaborou equação para ranqueamento dos municípios. b) CRAS: manutenção dos co-financiados pelo Estado e implantação de novos, seguindo ranqueamento aprovado pelo CEAS. Já no eixo de Proteção Social Especial, há previsão de co-financiamento de CREAS, serviço de abrigo e potencialização de rede. No eixo de Aprimoramento da Gestão, estão previstos, capacitações sobre: CRAS, CREAS, Habilitação Municipal, Ações Sócio-educativas, supervisão dos Escritórios Regionais e serviços especializados. O relatório foi aprovado. Comissão de Documentação e Cadastro: A conselheira Renata fez o relato da comissão onde foram discutidos os pontos de pauta na seguinte ordem: Resolução do CEAS sobre inscrição de entidade de assistência social no CMAS. Foi analisado o ofício enviado pelo CMAS de Ponta Grossa, que tinha como proposta a alteração dos arts 25 e 6º; e dúvidas sobre o processo de inscrição e registro no município. Em relação ao art 25, que traz a questão do cancelamento do cadastro de entidade, o CMAS de Ponta Grossa questiona a perda de autonomia em relação ao exposto neste artigo. A comissão revisou e reformulou o Parágrafo Único deste artigo, dando maior clareza ao texto. No que diz respeito ao art 6º, sobre os 20% de gratuidade nas entidades de educação, a comissão verificou que na versão atual da resolução já se responde à dúvida levantada. A conselheira explica que na primeira versão da resolução trazia 20% de bolsa e não constava a palavra “integral”, o que gerava confusão, mas na versão atual da resolução já está contemplado a questão de bolsas integrais. Com referência às demais dúvidas do processo de cadastro no município de Ponta Grossa, foi elaborado um ofício de esclarecimento, referente às entidades de educação, já que o CMAS de Ponta Grossa coloca que a partir dessa resolução iria haver uma maior demanda, para cadastrar

todas as entidades de educação como correlatas. Foi explicado no ofício que as entidades são cadastradas como entidades beneficentes e não correlatas, a não ser que prestem algum tipo de serviço sócio-assistenciais, só assim elas seriam cadastradas como entidades correlatas a política. A outra questão é sobre a perda de autonomia do CMAS: quando o mesmo indeferia o registro de uma entidade, na resolução a entidade poderia recorrer ao CEAS e esse iria deliberar qual seria o procedimento, foi corrigido essa questão e o CEAS não fará a deliberação e sim elaborará um parecer informando ao CMAS qual é a posição do Conselho. A comissão também discutiu outras questões pertinentes a resolução tais como: o cadastro das OSCIP, se cadastra ou não no Conselho Municipal de Assistência Social. A conselheira Renata faz uma explanação sobre as OSCIP, explicando que são entidades que tem a opção de remunerar sua diretoria. Para pedir o cadastro de entidade beneficente, não se pode remunerar sua diretoria, por isso seguirá uma orientação de somente cadastrar as OSCIP caso prestem serviços específicos da Política de Assistência Social ou correlatas a mesma. Os prazos da validade dos certificados e de inscrição no CMAS estão colocados. Para as entidades beneficentes de educação e saúde: são de três anos para renovarem e as demais entidades de 1 a 2 anos. Essa diferenciação existe porque as entidades correlatas e as entidades sócio-assistenciais tem que ser monitoradas com mais frequência no Conselho Municipal e as entidades beneficentes de saúde e educação só são cadastradas a título de requererem CEBAS ( Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social). Por isso, permanece como está na resolução: que as entidades de assistência social e correlatas teriam de 1 a 2 anos para o prazo de renovação do cadastro e as entidades beneficentes de saúde e educação teriam 3 anos para a sua renovação. Outros pontos discutidos foram as propostas elaboradas pelo CEAS para a Conferência Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente. Após elaboradas as propostas, foi dado um prazo para os conselheiros darem suas contribuições, sendo fechados os quadros. Tais propostas já foram encaminhadas para a Comissão Organizadora da Conferência e para os conselheiros que irão representar o CEAS. A conselheira Renata faz um último informe, dizendo que a Resolução, anteriormente mencionada, não vai ser aprovada aqui, porque entende-se ser necessário adentrar mais a discussão, tanto nos municípios quanto pelos conselheiros nas regionais. Diante de um questionamento da conselheira Lúcia Tureck a respeito dos cadastros das OSCIP e dos recursos recebidos, a Presidente Denise Colin explica que OSCIP é uma modalidade criada em 1998, que prevê a possibilidade de remuneração da diretoria e pressupõe a possibilidade de recursos públicos para desencadear um determinado serviço diante da conversa com a comissão, chegaram a conclusão de que se a entidade desempenhar ou prestar algum serviço sócio-assistencial ou se caracterizar como entidade social, que tem em sua natureza o reconhecimento de OSCIP conferido pelo Ministério da Justiça, necessariamente deveria ser cadastrada no Conselho Municipal, para que o mesmo tivesse o controle da prestação dos serviços, e seguisse as orientações de qualidade e critérios de atendimento, tudo deliberado e aprovado nos devidos Conselhos Municipais. O fato dela ter ou não o reconhecimento de OSCIP, remunerada ou não, não compete ao Conselho Municipal de Assistência Social e sim ao Ministério da Justiça, e uma vez autorizado e reconhecido, se ela compõe a rede, terá a fiscalização do Conselho conforme os indicativos de critérios e funcionamentos estabelecidos por aquele conselho, podendo prestar só alguns serviços sócio-assistenciais e ser caracterizada efetivamente como de assistência social voltada para essa última finalidade. O posicionamento da comissão é positivo, assim eles poderiam se cadastrar porque a política de assistência não tem autonomia para questionar ou não a classificação como OSCIP, e sendo aprovado será aceito, a questão é fazer o acompanhamento ao tipo de serviço prestado os critérios utilizados, formas de funcionamento e a estrutura de sua organização. A comissão decide que sempre avaliará as sugestões, encaminhando um parecer enquanto Conselho Estadual, acompanhado de orientações aos Conselhos Municipais. O Conselheiro José Cícero lembrou que é importante o cadastramento, porque no acompanhamento do desenvolvimento de várias OSCIP a nível nacional, existe uma abertura muito grande para usos fraudulentos, e se houver um controle dos conselhos no municípios poderão ser evitadas as fraudes. A Presidente Denise faz um último encaminhamento de todas as sugestões que o Conselho Estadual recebeu dos conselheiros, para a apresentação na Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, com integração de

ação das duas áreas, que serão encaminhadas por e-mail e aos conselheiros representantes do Conselho Estadual que farão a defesa. Comissão de Comunicação, Articulação e Mobilização: A conselheira Neiva faz o relato dizendo que o trabalho da comissão foi dar continuidade ao plano de acompanhamento dos conselhos municipais, que já havia sido discutido na reunião anterior, mas que ainda estava incompleto. (Anexo I). A Conselheira Roseli sugere que as comissões contribuam para melhorar a atuação dos conselhos, principalmente no que se refere a não paridade da sociedade civil e dos conselheiros governamentais. O Conselheiro Antônio José sugere uma participação maior dos Escritórios Regionais e quando for possível o devido acompanhamento. O Conselheiro Aparecido diz que foi debatido com a comissão a questão da paridade e legislação, e pede que seja enviado o material para o auxílio do trabalho. A presidente solicitou que o material seja repassado para os membros do CEAS, FOREAS e que seja discutido na regiões enquanto proposta, a fim de que possa vir o indicativo do fluxo e do funcionamento deste plano em cada região, sendo que na próxima

reunião do mês de novembro coloque em apreciação com a sugestões de todos os membros para que possa vir novamente para a avaliação do Conselho. Comissão da Conferência: A técnica da CDI

Kelli fez a leitura do relatório da comissão, dizendo que primeiramente foi informado aos conselheiros sobre a data da VII Conferência Estadual da Assistência Social. Em decorrência do alto valor do local pré- estabelecido para a Conferência (Expotrade Pinhais) foi necessário iniciar novamente o processo de licitação para novo local. Desta forma foram consultados os restaurantes Madalosso e Don Antônio em Santa Felicidade, os quais oferecem excelente espaço com uma diferença de valor de R\$ 100.000,00. Assim sendo, fez-se necessário a mudança da data em função do tempo que é necessário para o trâmite dos processos. A data pré estabelecida ficou 15 e 16 de outubro (Segunda e Terça-feira), em função disso a programação também terá de ser revista, pois anteriormente a Conferência ocorreria em 3 dias, e agora será em 2. Referente aos palestrantes, oficinas e sistematizadores (instrutores) já está confirmado o agendamento da nova data. Quanto aos convidados do CEAS (relação aprovada na última reunião) ficou estabelecido que será encaminhado um ofício prévio para participar da Conferência, juntamente com uma ficha de inscrição para a confirmação, até determinada data. A ficha de inscrição deverá ser encaminhada para a SETP/CDI, para o controle do credenciamento. Em relação a avaliação das Conferências Municipais e Regionais, a Comissão indica que seja ponto de pauta da plenária. Com referência à divisão das responsabilidades para os conselheiros na Conferência Estadual de Assistência Social, ficou estabelecido que os membros farão parte das mesas, conforme programação, e para os grupos e mini cursos será definido em plenária para garantir maior participação dos conselheiros. Referente às inscrições para a Conferência, o processo encerrou em 12/09 para o preenchimento no site da SETP, porém, os Escritórios Regionais deveriam ter encaminhado, também, até o dia 12/09, além do material para a sistematização: 1) A ficha de inscrição de cada delegado para a VII Conferência Estadual da Assistência Social, 2) A relação dos delegados e delegadas para a VII Conferência estadual da Assistência Social, 3) A ficha de inscrição de cada delegado para a VI Conferência Nacional de Assistência Social, 4) A relação dos delegados e delegadas para a VI Conferência Nacional de Assistência Social. Com esses documentos em mãos e com o sistema de inscrições fechados, será possível validar os participantes, compatibilizando a relação encaminhada pela regional, com relação disponível no sistema. Foi discutido pela comissão que sejam elaborados alguns informes reforçando aos Escritórios Regionais os artigos do Regulamento, em se tratando da inscrição dos participantes, informando a nova data, a confirmação das inscrições para os mini cursos e grupos de discussão, etc. Sugeriu-se que compatibilizadas as listas de inscrições do sistema com as enviadas pelas regionais, seja divulgado no site da SETP uma nota informativa do evento, data, local, etc, e a listagem dos participantes já confirmadas. Em relação a forma de credenciamento, a Comissão sugere que sejam providenciados guichês para cada regional, para evitar tumultos e acúmulo de filas. As inscrições para os mini cursos e grupos de discussão ocorrerá através da divisão de vagas por regionais, conforme tabela dos delegados constante no regulamento e o total de participantes. Para o dia do evento cada participante já terá seu mini curso e grupo de discussão estabelecido, não sendo necessário dessa forma, a inscrição desses no momento do

credenciamento, ou no momento em que ocorre o evento. Também estará disponível a listagem final de cada mini curso e cada grupo de discussão em murais, portas e paredes para facilitar o fluxo do credenciamento e o controle para cada mini curso e grupo de discussão. As regionais encaminharam a SETP, conforme art. 13 do Regulamento, a documentação referente aos conselheiros e conselheiras eleitos para o próximo mandato do CEAS. Conforme Regulamento, esses documentos seriam analisados pela Comissão Organizadora Regional, e encaminhados para a SETP para análise da Comissão Organizadora da Conferência Estadual. Os documentos necessários são: Ofício de encaminhamento da entidade, indicando seus representantes; cópia da carteira de identidade e cartão de identificação do contribuinte (CPF) do candidato; ata da eleição da atual diretoria, registrada em cartório; relatórios de atividades desenvolvidas pela entidade durante os anos 2006/2007 em que constará a população beneficiária, sua caracterização e finalidade; ata da Conferência que o elegeu. Desta forma, foram analisados a documentação de 7 regionais, pois ainda não chegaram todos documentos das demais regionais. Referente ao material gráfico da conferência, crachás ( terão cores diferenciadas para os delegados, em função do voto), programação, certificados, banners, convites, bloco de anotações, manual do participante, todos terão como arte a logo-marca do CEAS em marca d'água. Os bottons terão o mapa do Paraná com a logo marca do SUAS/PR no centro. Os adesivos terão a logo-marca do CEAS e do SUAS/PR, e pensou-se na frase: SUAS/PR: "Universalizando direitos, possibilitando acesso e fortalecendo sujeitos." A conselheira Sônia ressalva que só serão aceitas as inscrições, para participarem da Conferência Estadual, dos titulares ou dos suplentes que participaram das Conferências Municipais e Regionais, e que encaminharam um documento para cada Escritório Regional informando esta decisão. Para facilitar o trabalho da comissão, serão divididos o número de vagas por regional, encaminhando para que as mesmas façam as inscrições dos participantes nos grupos e mini cursos, para que no dia da Conferência já esteja em mãos esta relação. A conselheira ainda ressalta que se algum participante quiser participar de algum mini curso no qual haja mais vagas, ele poderá desde que seja dentro de sua regional. A Programação e Distribuição de Conselheiros para a Conferência constam do ANEXO II. A Presidente Denise lembra que foi solicitado um espaço físico para o Conselho Nacional de Assistência Social, objetivando poder entregar o Plano de Acompanhamento do Conselho, indicando representantes para o contato direto com os Conselhos Municipais e com o Conselheiro Estadual. A informação de que haverá o espaço está sendo repassada, para que se alguns Conselhos quiserem distribuir material ou agendar a comunicação com o CNAS, terão esta possibilidade durante a Conferência. Em decorrência da mudança de data da Conferência, estão aguardando que seja indicada uma pessoa para substituir o Presidente. Avaliação das Conferências Municipais e Regionais: A Conselheira Sônia fala sobre as Conferências que aconteceram na Regional de Londrina e Ivaiporã, das quais foi feita uma avaliação da Comissão da Conferência Regional em Londrina, junto com o Escritório Regional de Ivaiporã, concluindo que poucos foram os municípios que não realizaram a Conferência. A maior dificuldade nas Conferências Municipais foi o entendimento dos instrumentos e a questão do prazos, em decorrência de muitos eventos e conferências com datas muito próximas. A conclusão da conselheira sobre as Conferências Municipais foi positiva em relação à participação da comunidade nas Conferências. Em relação as Conferências Regionais a impressão também foi positiva, a não ser pela dificuldade de deslocamento para a organização, já que a Conferência foi realizada em um município da regional de Londrina. O Conselheiro José Cícero do Santos avaliou que a Conferência Regional de Campo Mourão aconteceu dentro da normalidade esperada, e que todos os municípios da região realizaram seu evento. Houve problema com a suplência do Conselho Estadual por falta de documentação da entidade, o que será resolvido na reunião do Fórum Regional e encaminhado ao CEAS. Houve uma participação satisfatória e os delegados tanto para a Estadual quanto para Nacional já foram escolhidos. Toda a documentação, relatórios e atas estão com o Escritório Regional, que vem participando e dando toda a estrutura necessária para a regional ser realizada com tranquilidade e todo o processo de consolidação do SUAS. A Conselheira Neiva referiu-se à Conferência Regional de Curitiba que realizou-se no dia 05 de setembro, dizendo que as dificuldades apontadas pelos municípios para a realização das Conferências Municipais foi a compreensão e o uso dos

instrumentos , tanto na interpretação do conteúdo para cada eixo, quanto nas perspectivas a curto, médio e longo prazo. A dificuldade foi agravada pela falta de tempo para trabalhar de forma adequada a composição de todos os quadros, o que gerou um esvaziamento nas propostas em alguns itens. Considerando a experiência das Conferências Municipais e o conteúdo apresentado nos seus relatórios, e ainda a necessidade de realizar a Conferência regional em apenas 01 dia, a Comissão de Organização desta Conferência optou por não realizar grupos de trabalho para a construção dos quadros de propostas para a Conferência Estadual, mas de sistematizar as proposta dos municípios de forma que todos fossem contemplados e realizar em plenária a eleição daquelas que são prioritárias para a região. Esta forma também possibilitaria a todos a discussão dos 5 eixos, evitando erros na distinção das propostas por eixo – o que também ficou muito evidente nos relatórios dos municípios, devido a falta de compreensão do instrumento ou mesmo da necessidade de colocar as propostas que tinham, independentemente do eixo que estava trabalhando no grupo. A alternativa escolhida correspondeu ao esperado, pois contou com significativa participação da plenária, superando os desafios acima citados. Da eleição do conselheiro para o CEAS na gestão 2008-2010: a região de Curitiba ficará representada pelo segmento “usuários” . Desta forma, foram convocados todos os municípios da região (órgãos gestores e Conselhos Municipais de Assistência Social) para uma reunião de eleição do conselheiro, para o dia 27 de agosto, solicitando que indicassem candidatos de seus municípios. Apresentaram-se 5 candidatos com a documentação adequada às exigências do Regulamento da Conferência Estadual (cf. art.13), dos quais 2(dois) desistiram da candidatura durante a reunião, por considerarem que não poderiam corresponder satisfatoriamente às exigências de participação nas atividades do CEAS. Foi portanto realizada a eleição dentre os 3 candidatos, dos quais foi eleito como conselheiro titular o representante da UNAMAR – Araucária, como 1º suplente um representante de usuários do município de Curitiba e 2º suplente um representante do município de Campina Grande do Sul. Os eleitos foram referendados pela plenária durante a Conferência Regional. Quanto a eleição para delegados para as Conferências Estadual e Nacional, não houve dificuldades durante a escolha dos delegados. Porém, durante o seu referendo, ao final da Conferência Regional, alguns delegados eleitos já haviam se ausentado e não foram referendados pela plenária. Foram então referendados seus suplentes. Esta situação foi agravada pelo fato do município de Curitiba não ter número suficiente de suplentes presentes para a substituição dos delegados eleitos para a Conferência Estadual e ainda não haver possibilidade de repasse de suas vagas para outro município, uma vez que as vagas são determinadas por porte e Curitiba é a única de seu porte(metrópole). Sendo assim, a plenária deliberou pela perda das vagas do município deste porte, devido a ausência dos seus representantes no momento final da Conferência Regional. Curitiba perdeu 6 vagas (3 governamentais e da 3 sociedade civil) para a representação na Conferência Estadual. A disposição dessas vagas estará a cargo do Conselho Estadual de Assistência Social. A Conselheira Teresinha Corrêa Barbosa diz que a Conferência Regional de Maringá ocorreu dentro da normalidade e sem dificuldades para a eleição dos representantes da Regional para o CEAS, o segmento foi de organização dos usuários, foram eleitas Edenilse, de Nova Esperança e como suplente Rosana de Maringá. Em relação as Conferências Municipais, a grande dificuldade foi com relação aos instrumentos e o prazo. A SETP fez um acompanhamento muito bom nos municípios. Os demais conselheiros disseram que tudo ocorreu dentro da normalidade e que a maior dificuldade encontrada foi nos instrumentos. Tribunal de Contas da União: O Vice- Presidente José Cícero inicia a plenária na parte da tarde, com a presença do auditor do Tribunal de Contas da União, Norberto de Souza Medeiros que falou a respeito dos aspectos ligados ao controle, e da cartilha de Orientações para Conselheiros de Assistência Social, que é editada pelo Tribunal de Contas da União, com orientações sobre a área de assistência social, que vem sendo repassados para os municipais. O palestrante fez uma explanação sobre a cartilha (todos os conselheiros receberam), e diz que no final deixará um tempo para as perguntas. O Conselheiro Rafael pede que seja esclarecido uma dúvida em relação as possibilidades de utilização pelos municípios dos recursos provenientes do Governo Federal. Explica que existem milhares de reais sobrando e que isso não pode acontecer, pois muitas pessoas estão necessitando, e que os gestores é que não sabem como utilizá-los. Ele ainda sugere que se tome a norma e enquadre

no inciso, e se não ferir os princípios expostos, poderá ser gasto sem problemas. A Conselheira Carmem tem dúvidas em relação a contratação de pessoal, em relação a Lei de Responsabilidade Fiscal, no tocante dos municípios que estão no limite de contratação e querem usar o saldo de recursos para contratar pessoal e viabilizar uma ação. Norberto Medeiros, do Tribunal de Contas explica que essa dúvida é recorrente, e explica que quanto ao gasto com pessoal, prioritariamente deverá ser observada a questão do concurso público, esse gasto não poderá afrontar principalmente a essa questão ou a um critério de seleção isonômico igualitário. O Conselheiro Raymundo pergunta sobre a contratação de profissionais para os CRAS, por uma organização não governamental. O Auditor Norberto esclarece que isso pode ser um artifício ilegal, pois fere o princípio da moralidade. É preciso fazer um programa de trabalho, com contrato bem fechado, e respeitar a licitação promovendo a isonomia. Lembrando que os serviços devem estar bem especificados, a descrição do objeto no procedimento licitatório deve ser bem específica, para não configurar como artifício e descumprir o princípio da moralidade. A Presidente Denise Colin coloca que o município de Pitanga fez uma consulta ao Tribunal de Contas, e a resposta foi repassada para todos os conselheiros. O parecer diz que havendo uma implantação gradativa dos CRAS enquanto equipamento público, até a realização do concurso público haveria possibilidade do município criar um cargo público e fazer uma seleção pública, ou uma licitação por um prazo determinado, desde que se responsabilize em assumir o pessoal no seu quadro. Ainda explica que o que não pode ocorrer é instituir equipamentos públicos que estão previstos na legislação como obrigatório, para o município se habilitar e não prover a lotação de pessoal técnico qualificado. Toda a orientação do Tribunal de Contas é que os cargos comissionados que representam um alto volume do dispêndio da folha de pessoal e integram esse percentual, sejam, ao longo do tempo, transformados em cargos próprios, dando cumprimento às exigências destas previsões constitucionais de prestação de serviço em políticas públicas. A Conselheira Dulcilene reafirma que o município não dispõe de profissionais no quadro, e alega que não tem espaço na folha para a contratação, porque está em sinal "vermelho" para o Tribunal de Contas. A Presidente Denise Colin explica que vão ter de iniciar um debate nos municípios e no Estado e já está sendo discutido dentro do Governo do Estado, com a Assembléia Legislativa, sobre a necessidade de recomposição dos quadros. Alguns subterfúgios até então utilizados foram os cargos comissionados, sendo que no Estado na área não havia concurso há mais de 22 anos. No ano passado foi aberto um concurso do IASP, depois houve uma chamada pela área da saúde. Ocorreu um levantamento no Governo do Estado pela SEAP, que ao longo dos 7 anos mais de 50% do quadro estará com direito a aposentadoria, por isso precisam da reposição imediata. Estão elaborando uma proposta de recomposição do quadro com concursos escalonados até o final deste período, e nos municípios sugere-se ser feita uma discussão, porque também adotaram a mesma sistemática de terceirizarem para as organizações não governamentais e fizeram acordos político partidários de composições para viabilização de sua gestão com os cargos comissionados. A presidente explica que serão necessárias começar a realizar as audiências públicas e receberão na medida que forem notificados, terão que corrigir as distorções, caso contrário não terão suas contas aprovadas e também não poderão receber os recursos públicos, tanto federais quanto estaduais, e assim as coisas serão reordenadas. O auditor do Tribunal de Contas se despediu dizendo que foi um prazer a participação na plenária. A Presidente Denise agradeceu a sua presença, dizendo que o Conselho estará sempre a disposição do Tribunal para colaborar na empreitada de fiscalização das ações e dos recursos. Ela reforçou o pedido da legislação e jurisprudência para a Secretaria Nacional do Tribunal de Contas, específico de assistência sociais que depois será repassado aos conselheiros. A presidente Denise solicitou as cartilhas do TCU para encaminhar aos municípios. Pendências das Conferências Regionais (em registro). A presidente Denise, fala sobre a resolução das pendências das regionais de Jacarezinho, Campo Mourão e Curitiba e outros encaminhamentos para a apreciação do Conselho nas próximas reuniões. A pendência de Jacarezinho é o conselheiro representante da região no segmento usuário, a pendência de Curitiba são seis vagas (3 titulares e 3 suplentes) para a Conferência Estadual e a de Campo Mourão, o suplente para o Conselho Estadual. A Conselheira Neiva fala da situação de Curitiba, onde alguns candidatos a delegados que não foram referendados por não se encontrarem presentes na Plenária

Final, solicitaram para trazer ao Conselho a possibilidade de justificar a ausência no momento do referendo. A Presidente Denise esclarece que havia no Regimento Interno a necessidade expressa de permanência e da presença na Conferência, para referendo dos delegados. Todavia, alguns delegados governamentais e da sociedade civil do município de Curitiba no porte de metrópole, não compareceram e o posicionamento da plenária da Conferência Regional foi pela perda da vaga de delegados para a Conferência Estadual, uma vez que não cumpriram o regulamento. Foi solicitada uma reconsideração do Conselho Estadual e a única justificativa aceitável é a de emergência de saúde. A presidente colocou em apreciação dos Conselheiros se aceitariam esta justificativa e as demais vagas seriam remanejadas para outra regional. A Conselheira Lúcia Tureck sugeriu, considerando que Curitiba é a única metrópole, que a participação dessas pessoas que perderam a vaga de delegados são do município de Curitiba, assim a participação deles não implicaria em hospedagem e outras questões maiores, dessa forma colocou que elas participem da Conferência, mas não na qualidade de delegados. A Presidente Denise considerou que deveria ser acatada a decisão da plenária da Conferência Regional, em respeito as decisões e ao Regimento Interno, abrindo assim a possibilidade desse único delegado que teve problemas de saúde e apresentou a justificativa para o Conselho, porém as vagas restantes serão submetidas à análise do regulamento, para ver se poderá ser remanejada ou não. A presidente respondeu a um questionamento da conselheira Sônia, que desejou saber se na hora do referendo algum suplente desses delegados estava presentes. A Conselheira Neiva respondeu que não estavam em número suficiente para cobrir o número de vagas, aqueles que estavam presentes assumiram as vagas. A presidente fez um encaminhamento, onde a Comissão Organizadora deverá se manifestar para a Comissão Organizadora da Conferência Regional de Curitiba, no sentido de que foi acatado pelo conselho a deliberação da plenária regional e será aceita a justificativa do delegado que teve problemas de saúde. Procedeu-se a votação desse encaminhamento em plenária e por unanimidade a Comissão Organizadora deverá comunicar à Comissão Organizadora da Conferência Regional de Curitiba, que acatará e dará um prazo para a pessoa apresentar a justificativa. Como não há previsão no Regulamento acerca das vagas que restaram, foi sugerido que sejam ocupadas por usuários do próprio município de Curitiba, sendo acatada por todos os conselheiros presentes. Esta deliberação também deverá ser encaminhada à Comissão Organizadora Regional e ao Gestor Municipal. A Conselheira Dulcilene, da regional de Jacarezinho, explicou que não apareceu nenhum candidato ao Conselho Estadual, havia sido divulgado nas Conferências Municipais, os Escritórios Regionais mandaram comunicado para os municípios e não houve retorno. Na última hora apresentou-se uma Assistente Social de Santo Antônio da Platina, que se propôs a se candidatar pelo Sindicato dos Funcionários Municipais, mas foi consultado em Curitiba e a resposta foi de que não seria legal. Surgiu a oportunidade de uma pessoa de Ibaiti se candidatar pelo Sindicato dos Funcionários e a possibilidade da indicação do conselheiro Plínio pelo Sindicato do Comércio, mas também não seria legal, por não se caracterizarem como entidades de usuários. A conselheira solicitou um prazo para rever o caso, mas teria que abrir mão da exigência da participação na Conferência. A presidente avaliou que poderá ser acatada a sugestão desde que seja um usuário, para poder favorecer a participação efetiva de um usuário do serviço, que poderá ser usuário da rede governamental ou não. A conselheira ainda colocou da dificuldade na participação dos usuários, uma vez que os municípios são distantes e não possuem o hábito de participar, e quando participam nunca atingem mais que 50%. A presidente sugeriu definir um prazo, e a conselheira verificaria tanto entre as entidades de organização de usuários e de defesa que participaram da Conferência, ou usuários de serviços sócio-assistenciais que não participaram, mas que sejam usuários direto. O prazo dado para essa verificação será até o dia 28/09. A presidente solicitou que seja feito um encaminhamento para a Regional de Jacarezinho dando um prazo até 28/09 para a indicação do conselheiro para a próxima gestão do Conselho Estadual, na vaga do segmento de usuário, voltada para uma entidade de defesa de direitos do usuário, se participou da Conferência, e de usuário de serviço sócio-assistencial da rede governamental ou não, eliminando esta exigência. A autorização para a Comissão Organizadora da Conferência em caso negativo é de pensar em outra alternativa com a regional de Jacarezinho. O

Conselheiro José Cícero colocou que na Conferência Regional de Campo Mourão abriram mão para o candidato suplente entregar o documento no outro dia, em decorrência de não estar com o mesmo em mãos. Foi constatado que o candidato não conseguiu entregar, pelo fato da sua entidade estar irregular. Por isso, mesmo participando da Conferência, por ser suplente e não ter o documento, foi eliminada a possibilidade de indicação, seguindo o regulamento. O conselheiro considerou que é necessário ter um suplente e solicitou ao conselho com a seguinte determinação: que entre os delegados da região fosse indicada uma pessoa que tivesse participado do início ao fim da conferência. A presidente diz que o pedido do conselheiro é idêntico ao de Jacarezinho, assim que a própria Regional faça um levantamento das entidades que participaram e possam estar indicando um suplente dentre as mesmas, numa Assembléia do Fórum na região. A Conselheira Sônia, questiona o 3º mandato do Conselheiro José Cícero, em decorrência de um caso semelhante no município de Pitanga. Esse rebateu que seus mandatos estão legais. O Conselheiro Moisés diz que em todo documento oficial do Conselho, a representação do Conselheiro José Cícero sai como Associação de Moradores do Conjunto Mendes -Escola Comunitária do Trabalho, ressaltando que a impressão que se tem é de ser uma só instituição, porque desde o primeiro mandato ocorreu desta forma. A Presidente Denise concorda que há uma preocupação sobre esse assunto, sugerindo que seja pauta da próxima reunião, e se crie uma comissão para a revisão do Regimento Interno do CEAS objetivando deixar essas situações bem claras, em especial quanto alguns itens: -caracterizar os segmentos, depois a rotatividade entre os segmentos por região, alternância de titularidade e suplência, onde os Fóruns são unificados e, por fim, a identificação das vagas das entidades. A Conselheira Jucimeri explicou que as orientações dadas pela Secretaria foram baseadas no que está em vigência, esse é o primeiro aspecto, então nada impede que o Fórum e que a própria Conferência referendam nomes sem um impedimento legal. A discussão deverá ser feita na região. Se a Regional está entendendo que não é importante a indicação de um outro representante, se a representação política não está muito concentrada em uma única pessoa, se é importante que se formem outros quadros, se é importante continuar com essa representação, porque de fato exerce bem, defendendo os interesses da sua região. São questões subjetivas do ponto de vista político, ficando difícil decidir em plenária. A Conselheira explica que acha difícil resolver a situação de uma Regional, por que se elegeu um conselheiro, terá que abrir outras situações, existem outras regionais que mudaram e teriam que identificar se em outras regionais o Conselheiro que vai permanecer mudou de segmento, e se isso, acontecer, a regra terá que ser para todos, e se assim for a situação de Londrina terá de ser revista, porque não existe amparo legal para tratar de todas as situações. Assim, não daria para aplicar um critério de justiça para uma Regional, já que não se aplicaria as mesmas regras para as demais, embora as situações sejam diferentes. A conselheira diz que se decidir por recuperar, para ter consciência política, que se aplique para todas as regionais. Se a decisão não é de sustentação jurídica é uma decisão política, não há previsão e por isso não há impedimento. Portanto, trata-se de uma decisão que se sustenta politicamente, e terá que se ter o cuidado de aplicar o mesmo tratamento ao estabelecer a regra para todas as Regionais, mesmo que as situações sejam diferentes. O Conselheiro Nircélio informou que na reunião do Fórum foi discutida uma preocupação da ausência de algumas regiões e de algumas pessoas que foram indicadas em sua regional. Foi pensado em falar com cada conselheiro presente, que estão participando, que fosse efetuado contato com as pessoas que representam as Secretarias Executivas Regionais, para que se faça um esforço apesar da ausência de financiamento, que encontrem formas de virem participar da reunião. Foi solicitada ajuda dos conselheiros, e também das Secretarias executiva regionais para fazer contato. A presidente colocou em votação os dois posicionamentos que apareceram, um é de que adotaria o mesmo procedimento já aprovado pela Regional de Jacarezinho, ou seja, conceder à Regional de Campo Mourão o mesmo prazo para convocar uma assembléia do Fórum e dentre os delegados participantes da Conferência Regional indicar um suplente para próxima gestão. Outro encaminhamento analisado foi de que fosse revista a decisão da Conferência Regional, não só orientando para a indicação de um delegado suplente mas também de um delegado titular por conta da mesma entidade estar em mais gestões de 2 escritas por segmentos distintos, lembrando que na Segunda, dia 17/09, houve esse posicionamento da Assessoria Jurídica, mencionado pela Jucimeri,

de que não há ilegalidade porque não há previsão neste sentido e que também será tratado deste dia em diante estas questões quando da revisão do Regimento Interno do CEAS. No entanto, na eleição já existente, consideraríamos as regras vigentes na época. Colocou-se em votação o primeiro encaminhamento de rever o suplente e dependendo disso é que se abrirá a outra proposta. O encaminhamento foi aprovado, sendo concedido um prazo até 28/09 para o Fórum se reunir dentre as entidades, fazendo uma indicação. A Conselheira Sônia solicitou que a partir de agora se trabalhe para que não ocorram mais esses imprevistos. A Conselheira Jucimeri diz que terá que se aprofundar a questão dessa profissionalização na representação política, explicando que está na hora de se fazer os aprimoramentos com esses cuidados, inclusive em relação a inserção orgânica que esse representante terá que ter com a sua entidade. No caso de Jacarezinho, denotam que não tem inserção nenhuma na entidade. A Conselheira Lúcia informou que foram feitas análises dos documentos que procederam das regionais, ficando clara a fragilidade do entendimento; observou-se que não houveram comissões eleitorais instauradas que trabalhassem antes da Conferência, que analisassem as documentações previamente, as questões vieram para a Conferência e foi sentida a dificuldade em Cascavel, onde estava faltando candidatos. Ela questionou se a análise feita pelos Conselheiros, dentro das

condições de entendimento, pela formação profissional e atuação, e se não precisaria haver uma verificação do Ministério Público ou pelo menos de uma assessoria jurídica. Colocou ainda que é preciso ter a clareza se a entidade é prestadora de serviço, se está claro no estatuto, e quem é a pessoa que está sendo indicada, se seria uma representação de usuários ou de onde está vindo este usuário, e se é um trabalhador do setor, que vínculo ele tem e que instituição é essa que está se colocando. A Conselheira Roseli opinou sobre quando foi feita a análise das 7 Regionais que encaminharam a documentação, na hora das avaliações ficaram sem ação, com receio que se fizesse a análise errada ou tendenciosa. Por isso, acha que deveria se estabelecer um cronograma e um relatório enxuto, sem abrir precedentes. A Conselheira Jucimeri achou ser importante que a Secretaria Executiva retome o trabalho da Comissão e registre em ata as falas da Denise, bem como os encaminhamento dados, por que irão ajudar a Comissão a pensar tanto nos aprimoramentos do regimento em relação às entidades, quanto no processo. Em relação a Curitiba, a conselheira acha lamentável perder a vaga para a Conferência Estadual e diz que deve aplicar como foi aplicado em Jacarezinho, sendo garantida a participação de usuários dos serviços sócios-assistenciais na Conferência Estadual. Ela afirma que deve-se pensar na situação de Curitiba em relação ao aproveitamento das vagas, dada a natureza da Conferência, a importância da participação do usuário. O Conselheiro José Cícero falou que trabalhou na construção da Conferência como Comissão da Conferência, e percebeu-se que nas Conferências Municipais e Regionais não foi efetuado o trabalho de Comissão, para verificar o candidato e que deve-se abolir essa forma de agir aprimorando o Regimento Interno para rever a questão dos segmentos, (prestador, usuário e trabalhador do setor) além da questão da paridade nos Conselhos Municipais, com relação à participação das pessoas em cargos públicos e serviços da Prefeitura. O conselheiro ressalva que se faz necessário encontrar uma maneira de se ter o cadastramento das entidades de assistência social, a partir do começo do ano. O conselheiro reforçou e agradeceu os encaminhamentos, dizendo que em nenhum momento tentou nenhuma outra ação para permanecer no Conselho, e que não estaria se candidatando se estivesse nos dois mandatos anteriores representando a instituição e não o usuário. A Conselheira Kellen reforçou as palavras do Conselheiro Cícero, dizendo que se deve retomar as questão dos Conselhos Municipais. Quando é feita a análise dos processos de habilitação, uma das exigências é a lei de criação dos Conselhos, e observa-se principalmente que não é paritário, que não tem representação dos segmentos, tendo-se um entendimento equivocado, mas quando chega o processo aqui, ainda consegue-se orientar. A conselheira solicitou que seja pautado como uma das primeiras ações no mandato das próximas gestões dos Conselhos. O Conselheiro Moisés diz que houve um erro na digitação do nome da instituição que o conselheiro Cícero representa, pedindo que seja corrigido para não haver maiores transtornos. A Conselheira Roseli ponderou que irá junto com a Comissão rever o que foi dito na reunião, solicitando que não seja esquecido de se rever a situação, sugerindo que se o representante para o Conselho for de uma

entidade de assistência social, que a mesma apresente a inscrição no Conselho Municipal. A presidente retoma a discussão sobre as 5 vagas de delegados da Regional de Curitiba para a Conferência Estadual: são 2 vagas de governamentais e 3 da sociedade civil, caso a justificativa do delegado governamental for apresentada oficialmente. A Presidente colocou sobre a sugestão da Conselheira Jucimenri de poder ocupar as vagas de delegados com representantes de usuários. A Presidente lembrou que os representantes teriam que ser de Curitiba, ou da grande Curitiba por não existir a previsão de hotel para o município. Outra duas sugestões dadas pela Presidente foi a de abrir para os municípios da Região Metropolitana indicarem delegados governamental e não governamental, ou que se abra para usuário. A Conselheira Sônia lembrou que qualquer das propostas aprovadas, as inscrições terão que ser feitas antes da Conferência, para terem as relações das inscrições por Escritório Regional, para que no dia da Conferência haja um controle de quem participou das Conferências. A Conselheira Neiva fala que as vagas de usuários seriam mais interessantes, uma vez que os municípios da Região Metropolitana já estão enquadrados ou em grande porte ou em médio porte e seria fundamental abrir oportunidade para a participação dos usuários. O Conselheiro Moisés concordou em aumentar o número de usuários participantes na Conferência, achando que deveria se continuar mantendo a imparcialidade que houve até hoje, sem contrariar as decisões tomadas pelos Fóruns Regionais. A Presidente explica que não há uma previsão de um remanejamento de vagas que não foram ocupadas, por isso o Fórum se pronunciou por não permitir que as vagas fossem ocupadas pela metrópole, respeitando o Regimento. Agora, em não sendo ocupada pela metrópole, o Conselho poderá deliberar que sejam utilizadas dentro do próprio fórum ou por usuários desta região. Colocou-se em votação de que as 2 vagas governamentais e as 3 não governamentais da metrópole Curitiba, que a própria Conferência e a plenária já deliberaram por não utilizá-las, em função do descumprimento do Regimento Interno, pela ausência durante o processo de referendo desses delegados na Conferência Regional, sejam utilizadas por usuários dos serviços socioassistenciais, sendo feita a comunicação para a Comissão Organizadora da Conferência Regional, que entrará em contato com o gestor acertando o número de indicações, inclusive pedindo apoio no transporte. A presidente fez outro encaminhamento sobre a constituição de uma Comissão Temporária para a revisão do Regimento Interno, a partir da próxima reunião do Conselho, enquanto ainda estão com os debates bem vivos, para que até a posse possa rever as previsões do Regimento Interno. Foi colocado em votação a constituição dessa comissão e sua composição. Foi dada uma sugestão para que não se constitua uma comissão temporária, mas que a própria Comissão de Documentação e Cadastro assumira essa responsabilidade. Em votação, aprovada. Os principais itens a serem revistos são: a) a consideração da NOB de Recursos Humanos, apontando a possibilidade de indicação de profissional com cargo comissionado, desde que seja do quadro próprio daquela esfera de governo; b) a realização de pré-conferências conscientizando, esclarecendo cada vez mais os conteúdos; c) a definição mais clara dos segmentos a serem representados no Conselho; d) a alternância em titularidade e suplência das regionais que tem representações unificadas; e) a previsão de comissões eleitorais nas Conferências Regionais, com exigência ou não de parecer do Ministério Público em relação a documentação ou de outra instituição. A Conselheira Sônia retomou a discussão da eleição do Conselho Municipal de Pitanga. Sugeriu solicitar a documentação do mesmo, inclusive a Lei 1101, reformulada em 2002, para ser reconduzido. A Presidente reforçou a importância de ver o que está incluso na Lei municipal, o que está no Regimento Interno, o que regula esse processo eleitoral para poder manifestar-se. A Conselheira Sônia diz que vai fazer a solicitação em nome do CEAS da Lei Municipal, regimento, regulamento do processo eleitoral e a ata da eleição e se está inscrita no Conselho Municipal, qual a sua caracterização. Informes da CIB E CIT: Aconteceram duas reuniões, uma ordinária e uma extraordinária, durante o mês de agosto, cujos relatórios, os conselheiros tem em mãos. A Conselheira Kelen explanou que da CIB são 3 os pontos mais importantes, já passados antes de enviar a memória da reunião. A primeira é o status de preenchimento dos aplicativos do SUAS/Web, do plano de ação e do demonstrativo, nas 18 regionais. Kellen diz que está com o status atualizado, já com os novos prazos determinados pelo Ministério, sendo que o prazo final para preenchimento do Plano de Ação é dia 28 de setembro; ao mesmo tempo o Plano Municipal do

aplicativo do Estado também segue este mesmo calendário. Já do aplicativo sintético o prazo é dia 19 de outubro, e o relatório de gestão da Secretaria segue o mesmo prazo. A Conselheira solicitou a colaboração dos Conselheiros dizendo que o status foi enviado para os 18 Escritórios Regionais, lembrando que será comunicado aos membros da CIB e FOREAS. Uma outra questão é sobre o aplicativo da rede SUAS com as fichas de monitoramento dos CRAS, que tiveram uma atualização e sabe-se que existem 295 equipamentos cadastrados no Estado. A Conselheira solicitou que se observe quando eles informam o tipo de co-financiamento do equipamento, pois o Ministério informou que no sistema constam 149 municípios do Paraná que tem co-financiamento federal, e na verdade o número é de 132. Solicitou ainda que seja visto no plano de ação e no demonstrativo se realmente existe o repasse do piso básico fixo, que é o que caracteriza, e também diz que vai retomar isso com os Escritórios Regionais já que tem visto todas as fichas dos município de abrangência e validado. A técnica Renata clareou que os prazos para preenchimento são os mesmos e que na semana depois da reunião enviará para os Escritórios Regionais e conselheiros como está o status de preenchimento, se o município está preenchendo ou já finalizou. Um outro item é sobre os Benefícios Eventuais e sobre a resolução nº 212, do CNAS, que prevê a regulamentação desses benefícios. Com relação ao co-financiamento Estadual informa que tem uma câmara técnica na CIB para discutir quais são os critérios, já mencionados no relatório da comissão de Financiamento e do Fundo, que são indicadores sociais, tais como taxa de natalidade, mortalidade e habilitação. Foi elaborado um ranking, a Câmara Técnica retomar uma nova reunião para orientar melhor os municípios de como regulamentar isso, devido ao prazo e a dificuldade para regulamentar minimamente o auxílio natalidade e auxílio funeral, que é o que está previsto na LOAS desde 1993. A Conselheira Sônia perguntou sobre o dia da reunião da CIB, a conselheira Kellen diz que está agendada para o dia 30 de outubro, mas coincidirá com o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, assim muitas pessoas não estarão aqui. A questão dos benefícios eventuais é o principal critério para co-financiamento estadual e será o nível de habilitação. Por isso, só vão ser co-financiados pelo Estado os Municípios que estão em gestão básica ou plena. Foi estipulada uma data para os municípios, se habilitarem, para poderem considerar isso no ranking e no ano que vem já se terá a definição de quais seriam os primeiro municípios. A Presidente falou de outro informe referente a realização de pesquisas contratadas pelo Ministério de Desenvolvimento Social, com relação aos abrigos para municípios com população acima de 100 mil habitantes e uma para a população de rua para municípios acima de 300 mil habitantes. Foi insistido muito com o Ministério para ampliar os critérios, mas em função da disponibilidade de recursos e do volume de municípios no país, começaram por esses onde identificam que existem as grandes instituições e onde existem o maior número de população vivendo na rua, para que depois seja dado seqüência no desencadeamento do processo junto aos municípios menores. Da população de rua é uma instituição de pesquisa contratada de Porto Alegre que aplicará um questionário e fará uma entrevista no Paraná em 3 municípios (Curitiba, Londrina e Maringá) no período das 18:00 horas às 02:00 da madrugada, tentando entrevistar as pessoas que estão vivendo no centro e em alguns lugares que foram detectados como foco de utilização desses usuários. Aplicando-se um formulário mais genérico e a cada dez formulários 1 bastante específico, não só do perfil mas de toda a situação e trajetória de perspectivas e outras séries de questões. Há uma idéia de que isso seja disponibilizado no início do ano que vem. Concluído e disponibilizado esse levantamento, começará a se pensar em deliberação de políticas específicas para essa população. A pesquisa de abrigo é uma complementação de outra pesquisa já existente e também com o mesmo prazo do primeiro semestre do próximo ano. Os municípios acima de 100 mil habitantes vão receber os questionários para preencher. Sobre as entidades de assistência social não governamentais, existe suplemento contratado pelo Ministério para o IBGE que fez a visita em 33 mil entidades que se inscreveram como entidades de assistência social. Há um levantamento preliminar que destas 33 mil, 17 mil estariam fora dos critérios elencados enquanto entidade na regulamentação do art.3º do LOAS. as demais irão passar por uma análise para o enquadramento dos três itens: -prestadora de serviço, defesa de direitos e assessoria dentro da área de assistência social, considerando os serviços sócio-assistenciais hoje indicados. Sobre a constituição de um grupo de trabalho pelo Ministério, com

apoio de uma instituição não governamental de São Paulo para a regulamentação de serviços, ainda não se tem idéia se isso vai virar uma NOB de serviços ou uma regulamentação por portaria ministerial, indicando cada eixo de proteção social básica e especial. A presidente informou que fora convidada a fazer parte do grupo e estão se reunindo quinzenalmente, para dar conta disso até o fim do ano. Referindo-se ao Pacto de Aprimoramento da Gestão do Estado, dos 26 estados e do Distrito Federal apenas 4 não entregaram e 2 não poderão ser considerados, devido ao não cumprimento em tempo hábil, indicado o dia 09 de abril de 2007 para a realização das reuniões das Comissões Intergestora Bipartite. Para este ano restam 20 estados e mais o Distrito Federal que foram analisados pela CIT e pelo Ministério, recebendo uma orientação de inclusão de maior detalhamento, o que já foi feito e entregue conforme solicitado. O Estado do Paraná foi parabenizado pelo cumprimento do prazo e por ter todos os itens. Os Estados que encaminharam até dia 15 de maio receberão um valor financeiro como incentivo ao aprimoramento de gestão correspondente a 12 meses. Os estados que encaminharam depois, o cálculo correspondente será referente aos meses faltantes para a conclusão do ano de 2007. O indicativo está contido numa primeira tabela apresentada na reunião da CIT, onde o Estado do Paraná receberá 200 mil reais para a utilização em capacitações; aprimoramento do sistema estadual de informação; monitoramento e avaliação; aquisição de equipamentos; aprimoramento dos planos de inserção dos beneficiários e acompanhamento das condicionalidades. Tão logo se tenha o indicativo do valor, terá que ser elaborado um Plano de Aplicação a ser encaminhado a CIT e receber a aprovação para poder utilizar o recurso. O outro item abordado foi o de que o Ministério apresentou para o Conselho Nacional um Plano Decenal de Assistência Social dividido em 2 blocos, contendo a responsabilidade dos três entes federados em relação aos eixos de discussão na Conferência anterior e na atual, e um de compromisso com o Governo Federal com definição de prazos. Este plano está sendo discutido dentro do Conselho Nacional, foram convocados os Gestores Estaduais para uma reunião dia 17/09 em Brasília, e provavelmente estabelecerão um prazo para o encaminhamento de sugestões. Já estão sendo elaborados alguns indicativos, uma vez que o plano está disponível no site do Conselho Nacional, esse foi analisado e foram dados várias sugestões, especialmente no quadro de referência e de situações de vulnerabilidade e risco. A Presidente informou que estará na reunião do dia 17/09 e trará para discussão do grupo. Outro informe foi sobre o processo de autorização e repasse das emendas parlamentares federais. Os municípios tiveram prazos para encaminhamento da documentação para sua habilitação e depois para a inscrição do pré-projeto no SISCON. Foi passada essa orientação para esses municípios e segundo informações obtidas junto ao Governo Federal para quem havia se habilitado e as orientações de preenchimento. O Estado do Paraná possui uma emenda indicada por um deputado que também já havia listado as entidades. A SETP entrou em contato para orientar o preenchimento e foi elaborado pelas Técnicas do NUCLEAS (Ana Paula e Jucimeri) um roteiro de projeto técnico e um plano de aplicação dentro dos recursos já previstos e indicados na emenda. Foi percebido que muitos municípios não vão poder receber as emendas que foram indicadas por seus Deputados Federais, porque não encaminharam os documentos para a habilitação ou não preencheram o pré projeto no SISCON. Tão logo tenha o levantamento, será trazido para expor ao Conselho, sendo feito um acompanhamento e já está listada uma conversa com a Bancada de Deputados Federais do Paraná junto ao Congresso Nacional, para que possa fazer o mesmo movimento do MAS de inclusão das demandas da política estadual para esses deputados de uma forma abrangente, dentro dos eixos, e de uma forma geral para que não fique tão pontual e possa dificultar o preenchimento pelos municípios. A Conselheira Jucimeri explicou que é a primeira vez que estão trabalhando com previsão orçamentária de emenda federal e execução do Paraná, na lógica do SUAS. Portanto, tanto os municípios, o Estado e o próprios parlamentares estão tendo que iniciar esse processo. Existem 2 formas de emendas, ou genérica ou carimbada. Das emendas que foram previstas orçamentariamente, somavam 25 milhões de reais no Estado do Paraná. Se todos os municípios estivessem habilitados e se todos estivessem preenchido o SISCON, esses 25 milhões seriam executados no Paraná. O que é preciso saber daqui para frente são os processos, se a emenda parlamentar vem na lógica do SUAS, por isso a entidade não receberá mais emenda parlamentar se o município não estiver habilitado e se em cada processo

de abertura de habilitação de pleito de recurso federal, ele não estiver encaminhado a documentação atualizada. Por isso precisa-se estar atento aos processos para forçar a lógica do SUAS. A partir de novembro, os parlamentares começam elaborar as emendas e esse é o momento dos conselheiros e da Secretaria de Estado negociarem, por ser um recurso que está disponível. A Presidente reforçou que durante os meses de novembro e dezembro terão um grande trabalho para conversar com os deputados de suas regiões, para que se adote a mesma sistemática, emendas para os fundos respectivos estaduais e municipais, a fim de que entre na discussão da proteção social básica e especial. A Conselheira Lúcia fez um questionamento sobre os 59 municípios que devem entrar no co-financiamento do Estado para o CRAS, se estariam relacionados com as emendas federais. A presidente respondeu que não e que esses são recursos do Estado. A Presidente Denise disse que recebeu do Conselheiro Nircélio a resolução nº 61/07 da SETP, que reconstitui a Coordenação Estadual intersetorial do Programa Bolsa Família, composta pelo Nircélio e pela Carmem da CGM, pela Leticia Nunes e Maria Alencar do Departamento de Inclusão Social da Secretaria de Estado da Educação, Andréia Bordin e Adriana Leandro da Coordenação de Vigilância Nutricional da Secretaria de Estado da Saúde, Neiva e Osíres conselheiros da Assistência Social e pelo Jair Francisco e Plínio conselheiros do CONSEA. Esta comissão tem por objetivo acompanhar, monitorar e fiscalizar o Programa. As responsabilidades são: Promover ações que viabilizam a gestão intersetorial na esfera estadual; promover ações de sensibilização e articulação com gestores municipais;

disponibilizar apoio técnico institucional aos municípios; disponibilizar serviços e estruturas institucionais da área de assistência social, da educação e da saúde na esfera estadual; apoiar e estimular o cadastramento pelos municípios; estimular os municípios para o estabelecimento de parceria com os órgãos e instituições municipais, estaduais e federais, governamentais e não governamentais para oferta de ações e programas sociais complementares; promover articulação com a União e os Municípios e o acompanhamento das condicionalidades. Foi recebido um ofício do FOREAS endereçado para o Conselho Estadual, onde solicitam a participação de 2 representantes do FOREAS na Conferência Nacional de Assistência Social com as despesas custeadas pela SETP. Foi conversado com Eunice, porque este ano não houve disponibilização de vagas para os gestores estaduais, houve vagas para municípios por porte com representação governamental e não governamental e paridade para os conselhos estaduais. Por isso não há possibilidade de encaminhar representantes da Secretaria ou custear vagas de outras instâncias como foi da outra vez. Os Conselhos Estaduais tiveram um reunião com o Conselho Nacional para a organização da Conferência, foi reclamado e solicitado que ao menos dobrassem as vagas e que pudessem comparecer mais representações; ficaram de avaliar mas até o momento não havia uma resposta. Por isso será necessário indicar os dois representantes do Conselho Estadual, se abrirem mais vagas serão indicadas outras pessoas. Na vaga governamental estão pedindo autorização para indicar alguém do órgão Gestor Estadual da política e não de outras áreas. Foi passado o ofício para a comissão da Conferência responder para o FOREAS. Indicação do Conselho Estadual para seus representantes como delegado na Conferência Nacional de Assistência Social que ocorrerá em Brasília na data de 14 a 17 de dezembro de 2007: delegado titular não governamental Moisés Araújo Coelho da Regional de Cornélio Procópio, Inês Roseli como primeira suplente da regional de Francisco Beltrão e Pato Branco e Raymundo da regional de Foz do Iguaçu como 2º suplente.

Como governamental estão aguardando se abrirão as vagas para representantes da Secretaria atuarem como sistematizadores, senão indicarão um titular e suplente que respondem pela política no Estado. O Conselheiro Moisés solicitou a atenção da Comissão Organizadora da Conferência para que se atente ao detalhe do local onde será a Conferência e da acessibilidade para os portadores de deficiência, inclusive no palco. Informes Gerais. A Presidente Denise informou que ainda teria mais dois informes, sobre os eventos programados ao longo deste ano e supervisões dos Escritórios Regionais. A Conselheira Ironi informou que dos 18 Escritórios Regionais foram feitas 13 supervisões técnicas integradas, e que durante a próxima semana serão feitos Campo Mourão, Ivaiporã, Londrina e Cornélio Procópio e no retorno irão programar para Curitiba. A Conselheira diz que a intenção é de concluir o ano com o processo de avaliação interno, com toda a bagagem

trazida dos escritórios pensando no planejamento para o ano que vem. Existe a previsão de um evento no fim do ano, onde foi pensado em fazer macro, mas agora será revisto para saber se é esse mesmo o desenho, para que junte essa possibilidade de conversar em pequeno grupo e de planejar no todo. A previsão é que haja mais um semana de supervisão e depois a previsão de uma discussão sobre ações sócio-educativas. Um outro plano é discutir o trabalho infantil, a partir do mapa. Há uma ação integrada com a DRT, mudando a data em decorrência da Conferência Estadual, em formato um pouco diferente do que se tem feito até então, para discutir o PETI e Bolsa Família dentro da região de Jacarezinho, uma demanda que apareceu a partir da reunião de supervisão. Em decorrência das ações do Plano Estadual de Enfretamento a Violência, algumas ações estavam previstas para capacitação e monitoramento. A comissão tem discutido e entendeu-se que precisa ampliar isso com os escritórios não só da SETP mas com a Secretaria da Criança e Juventude, serão reunido técnicos das 4 secretarias (SETP, SECJ, SESA, SEGA) sobre a estruturação da rede de proteção para o sistema de informação para vítimas de violência, previsto para a última semana de outubro. Existe um outro evento que se realizará em novembro/2007 sobre o Plano de Convivência Familiar e Comunitária. Foi realizada dias 30 e 31 de agosto uma discussão num encontro com os CRAS, onde estiveram presentes Maria Luísa e Vânia Neri onde foi discutido trabalho com família e plano de inserção sob a orientação de Professores Da PUC de S. Paulo. A Conselheira Kellen faz um ultimo informe sobre a carteira do idoso, assunto pautado no CEAS e CEDI, a ser preenchido via rede SUAS e fará automaticamente a carteira para idosos que já tem informações no cadastro único, e que não podem comprovar renda. Dia 14/09 era o último dia para mandarem as contribuições do Guia de Orientação sobre Habilitação Municipal. Por isso, estendeu-se o prazo até 18/09. A Conselheira Jucimeri perguntou se estaria mantida a data de reunião da comissão da Conferência para os dias 04 e 05. Tão logo conclua a sistematização, a Comissão seria chamada para aprovação final do documento. A presidente informou ainda da mudança da data da reunião de novembro, do dia 02 para 8 e 9, em decorrência do feriado. Encaminhamentos a serem adotados pela Secretaria Executiva dos Conselhos: ofício para os municípios que não responderam o relatório da CGU e para os municípios que não encaminharam o status em relação a educação infantil. Para o MDS, o levantamento da educação infantil já realizado e a resposta da análise do material. Enviar para os conselheiros, para CIB, FOREAS, Escritórios Regionais e para a própria CGU. - Ofício resposta da Comissão de Cadastro para o Conselho Municipal de Assistência Social de Ponta Grossa. - Correções da resolução das entidades nos conselhos, encaminhando para os conselhos, escritórios, fóruns. - Plano de acompanhamento dos conselhos. - Marcar uma audiência com o Secretário, referente ao pedido do ressarcimento do táxi dos conselheiros. - Encaminhamento da cartilha do TCU, para todos os municípios. - Solicitação para o TCU, em Brasília, de legislação e jurisprudência relativas ao Fundo Nacional de Assistência Social. - Orientação para a Comissão Organizadora da Conferência Regional de Curitiba, Jacarezinho e Campo Mourão. Pauta para próxima reunião do CEAS Comissão de Política Básicas: acompanhar os relatórios da CGU e da educação infantil. Comissão da Conferência: avaliação. Comissão do Fundo: discussão dos saldos financeiros nos fundos municipais e acompanhamento na Assembléia Legislativa do orçamento de 2008, critérios de co-financiamento dos CRAS e benefícios eventuais. Comissão de Documentação e Cadastro: análise das sugestões, inscrição de entidades, regimento interno do CEAS e a resposta de Pitanga, sugestões do plano de acompanhamento dos conselhos municipais. O Conselheiro José Cícero fará uma nota de repúdio em relação ao caso Renan Calheiros. Solicitou que o Secretário Executivo Paulo Roberto Gonzales Aguilera compareça a alguma reunião para que todos o conheçam. Encerramento: A presidente Denise agradeceu a presença dos Conselheiros e dos membros do FOREAS, encerrando a plenária às 17:50 horas. A presente ata foi digitada por Letícia Fernandes Andrade, técnica da Secretaria Executiva dos Conselhos e lavrada por mim, Paulo Roberto Gonzales Aguilera, Secretário Geral dos Conselhos e terá anexada cópia da lista de presença dos conselheiros, bem como sua versão aprovada e disponibilizada no site.

## ANEXO I

### ESBOÇO DO PLANO DE ACOMPANHAMENTO DOS CONSELHOS – CEAS/PR

#### AÇÃO PRAZO

(curto, médio, longo ou permanente) ESTRATÉGIAS ESFERA/ÂMBITO (Federal, Estadual ou Municipal, todos) RESPONSÁVEIS (CNAS, CMAS'S, CEAS, Gestor Federal, Gestor Estadual ou Gestor Municipal)

Processo contínuo e permanente de capacitação de conselheiros Permanente - programação anual de estudos da legislação e da política nos CMAS

- processo de formação(curso capacitação a cada 2 anos) Município e Estado CEAS

Política de informação e comunicação efetiva Médio Meios comunicação/SETP/CEAS/CMAS  
Boletim informativo integrado entre os conselhos 3 esferas Conselho e Órgão Gestor

Interação e integração dos CAS nas três instâncias Médio Notícias dos Conselhos e da política/folhetos/folderes. 3 esferas Conselhos e Órgão Gestor

Divulgação de experiências bem sucedidas dos CAS

Médio Meios de comunicação e eventos regionais 3 esferas CEAS  
Realização de encontros de assistência social com o envolvimento de todos os atores

Curto Realização de Conferências (já contemplado), Encontros Temáticos, Reuniões Ampliadas, Seminários. 3 esferas Conselhos de Assistência Social.

Avaliação permanente dos ganhos sociais da PNAS

Médio Relatórios trimestrais de atuação e de resultados para os CMAS Municipal Órgão Gestor Estadual e Municipal

Avaliação permanente do exercício do controle social

Médio Utilização dos registros (folha de presença conselheiros da sociedade civil; ata; relatórios de comissões) como instrumental avaliativo Municipal e Estadual CMAS Gestor Municipal e Estadual Criação e fortalecimento dos espaços participativos da assistência social

Médio/longo Criação de grupos sócio educativos com as famílias beneficiárias da política. Municipal Gestor Municipal

Desenvolvimento de metodologias e instrumentos de acompanhamento e fiscalização das entidades de assistência social

Curto Ações de controle pelos CMAS: avaliação projetos e prestação de contas, visitas periódicas, análise da documentação, parecer técnico. Municipal CMAS

Desenvolvimento de metodologias e orientações para o exercício das funções de acompanhamento da implementação da Política, da execução física, orçamentária e financeira dos recursos dos Fundos de Assistência Social

Permanente Orientar os Conselhos Municipais no acompanhamento das peças orçamentárias (LOA LDO e orçamento) e da gestão do Fundo. Estadual e Municipal CEAS

Verificação dos calendários das reuniões dos Conselhos e acompanhamentos da pautas de discussão

Permanente - Divulgar e disponibilizar informações sobre as decisões e pautas do CAS em meio eletrônico;

- Acessar as informações disponíveis dos demais conselhos Estadual e Municipal CEAS e CMAS Visitas às reuniões dos Conselhos (CMA's e outros Conselhos de políticas públicas)

Permanente - De acordo com a possibilidade, o conselheiro estadual participa das reuniões do CMAS de sua região.

- Estreitar a comunicação entre Conselheiros Estaduais e Municipais e Escritório Regional Estadual CEAS e SETP

Reuniões sistemáticas para discussão de algum tema específico de interesse comum, como planejamento de conferências, monitoramento das deliberações, planejamento estratégico, entre outros

Longo - Encontros para intercâmbio de informações entre os Conselhos de políticas públicas, sobre a realização de Conferências Municipais e estaduais, planejamento estratégico e outros temas de interesse comum Estadual CEAS

Reuniões entre as secretarias executivas dos Conselhos (outros Conselhos de políticas públicas)

Médio/ Longo - Levantamento de discussões comuns a todos os conselhos;

- Intercâmbio de informações via Secretarias Executivas dos Conselhos. Estadual Secretarias Executivas dos Conselhos

Realização de consultas públicas conjuntas (outros Conselhos de políticas públicas)

Médio/ Longo - Levantamento de discussões comuns a todos os conselhos;

- Intercâmbio de informações via Secretarias Executivas dos Conselhos. Estadual Secretarias Executivas dos Conselhos

Realização de audiências conjuntas (outros Conselhos de políticas públicas)

Médio/ Longo - Levantamento de discussões comuns a todos os conselhos;  
- Intercâmbio de informações via Secretarias Executivas dos Conselhos. Estadual Secretarias Executivas dos Conselhos  
Realização de estudos conjuntos (outros Conselhos de políticas públicas)

Médio/ Longo - Levantamento de discussões comuns a todos os conselhos;  
- Intercâmbio de informações via Secretarias Executivas dos Conselhos. Estadual Secretarias Executivas dos Conselhos  
Deliberação de resoluções conjuntas (outros Conselhos de políticas públicas)

Médio/ Longo - Levantamento de discussões comuns a todos os conselhos;  
- Intercâmbio de informações via Secretarias Executivas dos Conselhos. Estadual Secretarias Executivas dos Conselhos

## ANEXO II

### Programação Conferência Estadual

07:00h – CREDENCIAMENTO

09:30 – ABERTURA

MINISTÉRIO PÚBLICO; PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA; CEAS (vice-presidente); FOREAS; COGEMAS; SECRETÁRIO DA SETP; GOVERNADOR; CNAS; MDS;  
PRESIDENTE DA CONFERÊNCIA

10:30 – LEITURA E APROVAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DA CONFERÊNCIA

Conselheiro CEAS: José Cícero dos Santos  
Conselheira CEAS: Roseli Gass Batista  
Conselheira CEAS: Lúcia Tureck  
Relator Instrutor: Odete Fernandes  
Solange Aparecida M. Barros

11:00h – CONFERÊNCIA MAGNA

COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES PARA ASSEGURAR PROTEÇÃO SOCIAL  
PELO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS

Beatriz Augusto Paiva  
Márcia Carvalho Lopes  
Coordenação: Jucimeri Isolda Silveira  
Conselheira CEAS – Sônia Maria Santana

Relator Instrutor: Ilda Lopes Witiuk  
Tânia Vega

12:00h – DEBATE

12:30h – ALMOÇO

13:30 – APRESENTAÇÃO CULTURAL

14:00h – BALANÇO DA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL –  
SUAS

Palestrante: Representante do MDS (balanço da implantação do SUAS no Brasil)  
Palestrante: Denise Arruda Ratmann Colin (balanço da implantação do SUAS no Paraná)  
Mediadora: Lúcia Cortes  
Coordenação: Conselheira do CEAS – Inês Roseli Tonello  
Relator Instrutor: Angela da Fátima Ulrich Jeiss  
Sylvia de Pol Poniwas

15:30 – GRUPOS DE DISCUSSÃO:

GESTÃO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS E BENEFÍCIOS E DEFESA DOS  
DIREITOS SOCIOASSISTENCIAIS

Facilitadora: Ironi Camargo  
Relator Instrutor: Ângela de Fátima Ulrich Jeiss  
Relator Instrutor: Ilda Lopes Witiuk  
Representante do CEAS (Sociedade Civil): Dulcilene Pires Cardoso Tonon  
Representante do CEAS (Governamental): Nircélio Zobot  
Representante do FOREAS: Eunice Aparecida Porcel Sommacal  
Relator do grupo: (a definir pelo grupo)  
Relator do grupo: (a definir pelo grupo)

GESTÃO DO TRABALHO/CAPACITAÇÃO

Facilitadora: Ana Paula Gonçalves  
Relator Instrutor: Sylvia de Pol Poniwas  
Representante do CEAS (Governamental): Elza Campos  
Representante do CEAS (Sociedade Civil): Neiva Silvana Hack  
Representante do FOREAS: Thais Salvado Tartarotti  
Relator do grupo: (a definir pelo grupo)

GESTÃO FINANCEIRA

Facilitador: Rafael Carmona  
Relator Instrutor: Solange Aparecida M. Barros.  
Representante do CEAS (Governamental): Roberval Angelo Castilho  
Representante do CEAS (Sociedade Civil): Raymundo Rodrigues  
Representante do FOREAS: Terezinha Maria Wollff  
Relator do grupo: (a definir pelo grupo)

GESTÃO DA INFORMAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Facilitadora: Kellen Dalcin  
Relator Instrutor: Tânia Vega  
Representante do CEAS (Governamental): Renata Mareziuzek dos Santos  
Representante do CEAS (Sociedade Civil): Sandra Cardoso

Representante do FOREAS: Cristiane Meyer

Relator do grupo: (a definir pelo grupo)

#### CONTROLE SOCIAL

Facilitadora: Carmen Cristina Pereira Zadra

Relator Instrutor: Odete Fernandes

Representante do CEAS (Governamental): Maria Leonor Zanella

Representante do CEAS (Sociedade Civil): Juliana Molinari

Representante do FOREAS: Aparecido Adão Romero

Relator do grupo: (a definir pelo grupo)

TÉRMINO – 18:30

08:30 – MINI CURSOS:

#### PLANO DE INSERÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Instrutora: Rosangela Sossolote Rosin (confirmado)

Representante da Diretoria de Benefícios Assistenciais

Representante da SETP: Ironi Vieira de Camargo

Representante do CEAS (Governamental): Nircélio Zobot

Representante do CEAS (Sociedade Civil): Fátima Nascimento

Representante do FOREAS: Nilva Maria Rufatto

Relator Instrutor: Ângela de Fátima Ulrich Jeiss

Relator Instrutor: Ilda Lopes Witiuk

Relator do grupo: (a definir pelo grupo)

#### FINANCIAMENTO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Instrutora: Gisele Tavares

Representante da SETP: Rafael Carmona

Representante do CEAS (Governamental): Paulo César Langer

Representante do CEAS (Sociedade Civil): José Cícero dos Santos

Representante do FOREAS: Kleber Rodrigo Durat

Relator Instrutor: Solange Aparecida M. Barros

Relator do grupo: (a definir pelo grupo)

#### CRITÉRIO E FLUXO DE HABILITAÇÃO

Instrutor: Representante da Coordenação Geral de Regulação da Gestão Intergovernamental do SUAS

Representante da SETP: Kelli Regina Albanese

Representante do CEAS (Governamental): Kellen Cristina Dalcin

Representante do CEAS (Sociedade Civil): Antônio José Portes Junior

Representante do FOREAS: Eunice Aparecida Porcel Sommacal

Relator Instrutor: Odete Fernandes

Relator do grupo: (a definir pelo grupo)

#### SISTEMA DE INFORMAÇÃO, AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Instrutora: Representante da Assessoria da Secretaria Nacional de Assistência Social

Representante da SETP: Lúcia Tureck

Representante do CEAS (Governamental): Renata Mareziuzek dos Santos

Representante do CEAS (Sociedade Civil): Jovelina Morteau Borghi  
Representante do FOREAS: Aparecido Adão Romero  
Relator Instrutor: Tânia Vega  
Relator do grupo: (a definir pelo grupo)

#### PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

Instrutora: Resrepresentante do Departamento de Proteção Social Especial  
Representante da SETP: Carmen Cristina Pereira da Silva Zadra  
Representante do CEAS (Governamental): Ana Paula Gonçalves  
Representante do CEAS (Sociedade Civil): Moisés Araújo Coêlho  
Representante do FOREAS: Roberto Garcia Castilho  
Relator Instrutor: Sylvia de Pol Poniwas  
Relator do grupo: (a definir pelo grupo)

12:00h – ALMOÇO

13:30 – PLENÁRIA FINAL:

Coordenação: Jucimeri Isolda e Denise Colin  
Sistematização: Telma Maranhão Gomes e Solange Aparecida M Barros (Coordenadoras)

17:00h – ENCERRAMENTO